

ENTRE A CRUZADA E O FAROL: O DILEMA DA LIDERANÇA AMERICANA

Por Fernando de Portugal Caba*



Imagem meramente ilustrativa, gerada por inteligência artificial.

A política externa americana revela uma dicotomia entre liderança “farol” e “cruzada”; há rupturas e continuidades estratégicas entre os governos, com desafios e implicações futuras para os EUA no cenário global.

No primeiro capítulo de sua obra *Diplomacia*, Henry Kissinger identificou duas formas contraditórias de liderança adotadas por sucessivos governos americanos em política externa: uma como farol e a outra como cruzada.

A primeira refere-se à abordagem isolacionista que busca exercer liderança no cenário global por meio do fortalecimento interno; a segunda, à forma como esses valores compelem o Estado americano a defendê-los, intervindo em todo o mundo. Essa dicotomia é difícil de ignorar diante das mudanças decorrentes da entrada do novo governo na Casa Branca no início de 2025.

Mesmo se nos limitarmos aos *slogans* eleitorais utilizados nas campanhas que levaram os dois candidatos à presidência, podemos observar sua interação: “América Está de Volta” para Joe Biden em 2020 e “América Primeiro” para Donald Trump em 2024. Embora a mudança de cruzada para farol represente a principal ruptura na governança global, é claro que certas continuidades também existem entre os dois governos.

Nesse sentido, é essencial diferenciar os níveis discursivo e estrutural, a fim de evitar análises maniqueístas contaminadas pela ressaca eleitoral, nas quais a percepção de antagonismo se tornou visivelmente mais extrema.

MUDANÇA NA LIDERANÇA AMERICANA

No plano discursivo, o governo Biden adotou uma postura próxima ao idealismo liberal nas relações internacionais, defendendo uma ordem baseada em regras e rejeitando a noção de um sistema internacional anárquico.

Concentrou-se na promoção de valores ocidentais e tinha uma visão universalista, destacando a importância do multilateralismo e da cooperação por meio de instituições supranacionais. Essa perspectiva reflete a “cruzada moral” de Kissinger, na qual se observa uma clara divisão entre as democracias ocidentais e as autocracias das potências emergentes, encarando o momento atual como um ponto crítico nesse confronto.

Por meio de sua política externa, ele buscou reposicionar os Estados Unidos como líder global após a retirada parcial de seu antecessor, restaurando seu compromisso com a ordem internacional e seus aliados, especialmente na Europa. Essa abordagem marcou um retorno ao multilateralismo e a uma política de alianças.

No entanto, esse realinhamento ocorreu em um contexto de crescente competição entre grandes potências, especialmente com a Rússia e a China, forçando a Casa Branca a reconhecer implicitamente um quadro internacionalmente anárquico, que buscou mitigar por meio de instituições globais. A política externa de Biden, embora focada no multilateralismo, também adotou uma abordagem pragmática e realista, utilizando ferramentas como a ajuda externa e o fortalecimento de alianças militares — AUKUS, QUAD e OTAN — para proteger os interesses dos Estados Unidos e garantir sua influência.

Embora seja possível perceber uma contradição entre a retórica e as ações reais, há uma clara conexão entre a competição pelo poder global e a rivalidade com atores considerados ameaças. Assim, embora os termos dessa rivalidade possam variar, os dois aspectos se complementam na prática.

Trump, por sua vez, reflete fielmente a ideia de isolacionismo associada ao farol de luz kissingeriano. A retórica de Trump é contraditória e agressiva, tornando-o um líder imprevisível, em parte devido ao seu uso estratégico do discurso para fins transacionais. Ele parte de parâmetros próximos ao realismo ofensivo, assumindo um contexto internacional anárquico e entendendo que a política internacional se baseia em alianças temporárias, independentemente de seu alinhamento com seus valores civilizacionais.

Para ele, a maior prioridade deve ser aumentar o poder relativo dos EUA como forma de dissuasão, entendendo que os recursos disponíveis para o Estado norte-americano são mais limitados do que seu antecessor acreditava. Nesse sentido, as instituições internacionais são entendidas como um fardo para a busca de seus interesses, razão pela qual ele defende um retorno ao bilateralismo com a intenção de reduzir seus compromissos e aumentar seu escopo de ação.

Dessa forma, o discurso de Trump enfatiza um desalinhamento entre a política externa de seus antecessores e os interesses nacionais dos EUA, atrelado a uma visão perniciosa da globalização, da qual ele propõe um recuo parcial.

As ações de Trump durante os primeiros meses de seu segundo mandato confirmam certas rupturas importantes. Assim como em seu primeiro mandato, o governo

refletiu a ideia de que os Estados Unidos não podem garantir a ordem internacional vigente iniciando uma retirada de arenas que não são consideradas prioritárias em termos dos interesses diretos do país, bem como de certas organizações multilaterais.

Embora seja previsível um afastamento maior de certos órgãos de governança global, é evidente que Trump tentará instrumentalizar alguns deles na busca de seus objetivos, o que difere da beligerância de sua retórica em relação a eles. Esse afastamento está ligado a um retorno à política transacional, empregando meios realistas de forma mais diligente e indiscriminada do que seu antecessor.

O início das negociações na Ucrânia reflete fielmente o fim da cruzada dos EUA e o estabelecimento de prioridades mais claras nas quais concentrar suas forças, especialmente diante do desafio representado pela ascensão da China.

A SOMBRA DA CRUZ

Apesar das diferenças nas abordagens de Biden e Trump, há três continuidades fundamentais na política externa dos EUA que refletem tradições persistentes, embora com certas adaptações táticas. Primeiro, estamos testemunhando uma reconfiguração do conceito de destino manifesto, na qual a ideia de Biden de civilizar o mundo expandindo os valores ocidentais é reorientada para a concepção de Trump de domínio sobre a América do Norte, como pode ser deduzido da retórica expansionista em relação ao Canadá e à Groenlândia.

Em segundo lugar, a ideia da Doutrina Monroe está presente em ambas as administrações, embora a nova adote um caráter mais confrontacional, pautado em sua política transacional, claramente refletida na postura do novo Secretário de Estado em relação aos países do continente americano.

Finalmente, apesar de se voltar para a Rússia, deixando de lado a Europa, a aproximação de Trump pode ser entendida como uma continuação da ideia implícita no conceito de *heartland* continental, proposto por Mackinder há mais de um século, ciente do risco representado pelas potencialidades decorrentes de uma aliança entre a Europa Central e a Rússia.

Embora possa parecer paradoxal, nesse sentido, observa-se uma continuidade estratégica na enorme ruptura representada pelo início das negociações com a Rússia, aceitando a derrota da Ucrânia no conflito.

Outra clara continuidade é a identificação da China como principal concorrente estratégico, bem como os desafios decorrentes da emergência do gigante asiático. Economicamente, a necessidade de reindustrializar o país para melhorar a competitividade da indústria norte-americana e evitar os riscos associados à fragmentação produtiva internacional esteve presente na política econômica de Biden, cujo exemplo paradigmático foi a aprovação da Lei dos Chips (2023), que buscou reduzir a dependência externa de semicondutores críticos.

Ao mesmo tempo, as tentativas de realocar determinados setores manufatureiros, especialmente aqueles de alto valor agregado, para o território nacional têm sido um princípio norteador desde o primeiro mandato de Trump, apesar de o governo Biden ter empregado diferentes meios para atingir esse objetivo. A introdução de novas medidas tarifárias pelo republicano gira em torno desse tema e continuará sendo uma das principais prioridades deste mandato.

Por outro lado, politicamente, apesar das diferenças com o primeiro governo Trump, o impulso para a expansão na Ásia-Pacífico foi uma realidade durante o mandato de Biden. Embora o retorno a um tom de confronto, a restauração de meios mais agressivos de guerra econômica e as políticas transacionais de Trump sejam previsíveis, tudo parece indicar que a região será uma prioridade para o novo governo.

A TÊNUE LUZ DO FAROL

A mudança na liderança americana, apesar de encontrar um precedente durante o primeiro mandato de Trump, representa uma ruptura histórica com a projeção externa que vinha sendo implementada nos Estados Unidos desde o fim da Guerra Fria. A concepção negativa da globalização contemporânea suscita a necessidade de um recuo concebido como necessário para reverter a dinâmica da economia global. Isso implica a assunção, por parte de Washington, do fim da era americana.

Apesar da confiança do governo Trump quanto ao caminho a seguir, há algum ceticismo externo quanto à possibilidade de os meios empregados serem contraproducentes para os fins que buscam alcançar.

O retorno de uma política tarifária agressiva, em um contexto de fragmentação produtiva internacional e sem uma política industrial coerente, poderia agravar as contradições enfrentadas pela economia americana, impulsionada principalmente pelo consumo interno — geralmente em torno de 70% do PIB — e sustentada pelo papel hegemônico do dólar como moeda internacional.

Com medidas semelhantes às propostas, o primeiro mandato de Trump não conseguiu redirecionar o processo de acumulação doméstica. Com investimentos estruturalmente estagnados e altos custos unitários de mão de obra, é difícil encontrar uma maneira de realocar as atividades produtivas do capital americano para o território doméstico, especialmente aquelas com alto valor agregado.

Por outro lado, o abandono de certos cenários poderia tornar os Estados Unidos um ator pouco confiável, dadas as recentes mudanças decorrentes de seus resultados eleitorais. Por sua vez, o abandono de certos cenários poderia levar ao surgimento de novos atores estratégicos com potencial para se tornarem rivais estratégicos de Washington no médio prazo, como é o caso da União Europeia.

O momento histórico que estamos testemunhando deve levar o novo governo a ponderar cuidadosamente suas medidas para evitar problemas futuros, pois a maneira como essa retirada for realizada poderá ter consequências indesejadas. Só o tempo, com sua implacável capacidade de julgamento, poderá determinar se o farol ainda tem luz para brilhar, ou se ainda resta fé para empreender novas cruzadas.

Publicado no [Descifrando la Guerra](#).

**Fernando de Portugal Caba é graduado em Ciências Políticas e Governo pela Universidade Complutense de Madrid, e possui um mestrado em Economia Internacional e Desenvolvimento pela mesma universidade. Atualmente cursa doutorado em Desenvolvimento Internacional pela Universidade de Negócios Internacionais e Economia de Pequim.*
